



COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR
GRUPO DE INTEGRAÇÃO DO GERENCIAMENTO COSTEIRO (GI-Gerco)

5

Ata da 45ª Sessão Ordinária

04 de Abril de 2013 – 10h às 12h30/14h30 às 18h

Plenário da CIRM – Esplanada dos Ministérios, Bloco N, Anexo B, 3º andar, Brasília

10

Coordenação da Sessão	Adalberto Eberhard (MMA)
	CMG Celso Moraes Peixoto Serra (SECIRM)
Relatoria	Adelias Freires Bastos (MMA)

LISTA DE PRESENÇA - REPRESENTANTES	
ORGÃO	REPRESENTANTE GI-Gerco
MMA	Adalberto Eberhard
MME	Christina Elizabeth Paes de Vasconcelos
MPA	Rafael Pasin Corrente Rangel Roma
MCTI	Andréa Cancela da Cruz-Kaled
SECIRM	Celso Moraes Peixoto Serra
SECIRM	Paulo Renato Pimentel Nogueira
MCidades	Fernanda Ludmila Elias Barbosa
MCidades	Cléo Alves Pinto de Oliveira
IBAMA	Veronica Marques Tavares
ICMBio	Rômulo José Fernandes Barreto
G-17 (Rep. SUL/SUDESTE)	Luiz Roberto Camargo Numa de Oliveira (SMA/SP)
G-17 (Rep. NORTE/NORDESTE)	Sérgio Lopes Serra (SEMA/MA)
G-17 (Rep. NORDESTE)	Maria Silvana Silveira Maia (SEMA/BA)
ABEMA	Andréa Olinto
ANTAQ	Maria Luíza Almeida Gusmão
ACADEMIA	Alexander Turra
PETROBRAS	Ivan Cesar Lobo Rezende
MPF	Gisele Elias de Lima Porto Leite

LISTA DE PRESENÇA - PARTICIPANTES	
ORGÃO	PARTICIPANTE
MMA/DZT	Leila Affonso Swerts
DEPTA/MT	Haroldo Alves de Melo
SEMARH/AL	João Lessa
IEMA/ES	Daniela Nicioli Estevam da Silva Soares
IEPA/AP	Uédio Uédio Robds Leite da Silva
SEMA/PA	Yvens Ely Martins Cordeiro
SEMA/PA	Beatriz de Souza Vilar
SEMA/BA	Ruben Z. Armua
SEMA/PA	Iolene Freitas de Azevedo
SEMA/PA	Fabiola Pereira de Azevedo
SEMA/PA	Clézio Silva Fonseca
SEMA/MA	Sérgio Lopes Serra
MMA/DZT	Adelias Freires Bastos
ICMBio	Iasmina Daniel Sindes Oliveira Freire
EPL/MT	Francisca Vale
MMA/DZT	Márcia Regina Lima de Oliveira
FEPAM/RS	Luciana Petry Anele
MMA/DZT	Marcelo A. Farrenberg
IDEMA/RN	Ana Maria Teixeira Marcelino
INEA/RJ	Ricardo Voivodic
SUDEMA/PB	Maria José Vicente de Barros
SUDEMA/PB	Veronica Silva Santos
FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA DO ES	Alessandro M. Bayer

15

1. ABERTURA

Abertura da Sessão às 10h30 pelo representante da SECIRM Comandante CELSO SERRA, que deu as boas vindas aos participantes, e após orientações operacionais sobre o uso dos serviços disponibilizados na sala, passou a coordenação da sessão ao Sr. ADALBERTO EBERHARD, diretor do Departamento de Zoneamento Territorial (DZT) da SEDR/MMA, que deu as boas vindas e solicitou uma apresentação individual aos participantes.

20

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

2.1. Adoção da Agenda

Após apresentação da Agenda, replicada a seguir, o Sr. LUIZ (SMA/SP) solicitou inserir na pauta a notícia sobre aprovação do ZEE-São Paulo.

25

AGENDA

30

35

40

45

50

1. ABERTURA
2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
 - 2.1. Adoção da Agenda
 - 2.2. Aprovação da Ata da Sessão Anterior
3. ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO
 - 3.1. Proposta de inclusão da Agencia Nacional de Águas (ANA) no Gi-Gerco
 - 3.2. Aprovação da Minuta de Portaria da CIRM com a composição do Gi-Gerco
 - 3.3. Aprovação das minutas de Resolução e Portaria da CIRM para oficializar a criação do Comitê Executivo do SMC-Brasil
4. NOTÍCIAS
 - 4.1. Novos representantes do MTur
 - 4.2. Novos representantes do G-17
 - 4.3. PPG-Mar: preparação para o próximo Encograd - Sra. LEILA SWERTS (DZT/MMA)
 - 4.4. Fundo Clima - Linhas para a Zona Costeira em 2013 - Sra. LEILA SWERTS (DZT/MMA)
 - 4.5. Notícia sobre aprovação do ZEE em SP Sr. LUIZ OLIVEIRA (SMA/SP)
5. OUTROS ASSUNTOS
 - 5.1. Planejamento e perspectivas para implantação de fazendas marinhas no Brasil - Sr. RAFAEL PASIN ROMA (MPA)
 - 5.2. Sistema de Modelagem Costeira (SMC-Brasil) - Sra. MÁRCIA OLIVEIRA (DZT/MMA)
 - 5.3. Resultados do Seminário sobre sinalização de UCs Marinhas - Sr. Rômulo Mello (ICMBio)
 - 5.4. GT Eólicas: situação atual - Sr. ANDRÉ NUNES (SPU/MP)
 - 5.5. Crescimento portuário na Zona Costeira: ações em andamento no Estado do Espírito Santo. Sra. DANIELA SOARES (IEMA/ES)
 - 5.6. 25 Anos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - ações previstas - Sra. LEILA SWERTS (DZT/MMA)
 - 5.7. IV Conferência Nacional do Meio Ambiente - inserção do tema Lixo Marinho - Sra. Flavia Cabral (DZT/MMA)
6. DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO
7. ENCERRAMENTO

2.2. Aprovação da Ata da Sessão Anterior

Após considerações do Sr. Adalberto e manifestação do colegiado a Ata da 44ª Sessão foi aprovada.

55

O Coordenador informou que, como pontuou a representação do MME, a Ata da 43ª Sessão embora discutida, não foi formalmente aprovada pelo colegiado. Após solicitar manifestação do plenário a ata foi aprovada.

3. ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO

3.1. Proposta de inclusão da representação da Agencia Nacional de Águas (ANA) no Gi-Gerco

60 O Sr. ADALBERTO (MMA) informou que a Agência Nacional de Águas - ANA manifestou interesse em compor o colegiado, inclusive já tendo oficiado as indicações para a sua representação. A inclusão da representação da ANA foi submetida ao colegiado, que aprovou a inclusão sem ressalvas.

3.2. Aprovação da Minuta de Portaria da CIRM com a composição do Gi-Gerco

65 O Comandante SERRA (SECIRM) informou que o colegiado tinha para aprovação e encaminhamento duas portarias, uma sobre a nova composição do colegiado e, a outra portaria e uma resolução, relativas a criação do Comitê Executivo do SMC-Brasil. Assinalou que os documentos foram encaminhados por e-mail há algum tempo para que o colegiado tomasse conhecimento e sugerisse eventuais alterações.

70 A minuta da portaria foi projetada e após manifestação do colegiado foi aprovada para encaminhamento a CIRM.

3.3. Aprovação das minutas de Resolução e Portaria da CIRM para oficializar a criação do Comitê Executivo do SMC-Brasil

O Comandante Serra salientou que na sistemática do colegiado, para a aprovação do
75 Comitê Executivo é necessário uma resolução que deve ser enviada a plenária da CIRM para homologação e assinatura.

As minutas da portaria e da resolução foram projetadas e após manifestação do colegiado foram aprovadas para encaminhamento a CIRM.

4. NOTÍCIAS

4.1. Novos representantes do MTur

80 O coordenador do Gi-Gerco comunicou que recebeu a indicação formal dos representantes do MTur os quais foram inseridos no registro das representações do colegiado.

4.2. Novos representantes do G-17

O Sr. ADALBERTO (MMA), considerando a presença de vários membros dos Gercos Estaduais, solicitou que comunicassem como foi o processo de escolha e quais estados
85 representarão o G17 no colegiado.

O Sr. LUIZ (SMA-SP) informou que havia uma proposta de recomposição da representação dos estados e, que em reunião no dia - 3 de abril de 2013 - os coordenadores do Gerenciamento Costeiro Estaduais, discutiram e acolheram a proposta de divisão da área costeira em três segmentos, Norte/Nordeste (PI, MA, CE, PA, AP), Nordeste (BA, SE, AL, PE, PB, RN),
90 Sudeste/Sul (ES,RJ, SP, PR, SC e RS), iniciativa que busca dar melhor representatividade aos estados, criar facilidade operacional para as discussões entre os estados e, estimular uma dinâmica de comunicação bidirecional, entre Estados e o Colegiado, que faça o encaminhamento das demandas dos estados ao Gi-Gerco bem como levar aos estados as deliberações e os encaminhamentos que ocorrem no colegiado.

95 Informou que foi votada a renovação da representação dos estados, para o assento do G-17, sendo escolhidos os estados do Maranhão – representando o segmento Norte/Nordeste, da Bahia – representando o segmento Nordeste e de São Paulo representando o segmento Sudeste-Sul.

4.3. PPG Mar:-Comitê Executivo para a Consolidação e Ampliação dos Grupos de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências do Mar - preparação para o próximo Encograd - Sra. LEILA SWERTS (DZT/MMA)

100

A Sra. LEILA (MMA), noticiou que na última reunião do Programa Setorial para os

105 Recursos do Mar (PSRM) o PPGMar informou que no próximo EnCoGRAD-Mar - Encontro de Coordenadores de Cursos de Ciências do Mar- programado para agosto, o evento terá um caráter especial pois reunirá todos os representantes dos grupos de pesquisas do PPGMar e a Zona Costeira será um dos temas em pauta.

110 Outra notícia relevante é que no último EnCoGRAD-Mar, ocorrido em 2012, foi definida a elaboração de uma publicação sobre a Zona Costeira, didática e, focada na formação de recursos humanos, sendo os organizadores os profs. Milton Asmus, Marcus Polette e Alexander Turra.

4.4. Fundo Clima - Linhas para a Zona Costeira em 2013 - Sra. LEILA SWERTS (DZT/MMA)

115 A Sra. LEILA (MMA) pontuou que no ano passado, no âmbito do Fundo Clima, foi criado o GT de Recursos não Reembolsáveis, para que propusesse ao Fundo Clima linhas de apoio à iniciativas para uso destes recursos. Informou que na linha referente à Zona Costeira foram encaminhadas ao Fundo Clima duas demandas, pleiteando recursos para Mapeamento de Vulnerabilidades Costeiras e, para aquisição de 2 boias, com valor pleiteado de R\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil reais), que comporão o acervo do Programa Nacional de Boias (PNBOIA), que é um Programa da CIRM. Pontuou que embora não sendo uma questão propriamente da Zona Costeira é relevante por conta dos desdobramentos do monitoramento e da obtenção de dados oceanográficos. Assinalou que ainda não há decisão final porque depende da aprovação do orçamento do Fundo Clima.

4.5. Notícia sobre aprovação do ZEE em SP Sr. LUIZ OLIVEIRA (SMA/SP)

125 O Sr. LUIZ (SMA/SP) lembrou que na 40ª Sessão do Colegiado discorreu sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Baixada Santista, instrumento legal para definição do ordenamento da ocupação do solo e direcionamento das atividades econômicas na região, à época em elaboração. Informou que o processo foi concluído e que o Governador assinou o Decreto do ZEE (Decreto nº 58.996 de 25 de março de 2013), uma normativa que vincula uma série de instrumentos e iniciativas, vinculando inclusive iniciativas do setor privado.

5. OUTROS ASSUNTOS

5.1. Planejamento e perspectivas para implantação de fazendas marinhas no Brasil - Sr. RAFAEL PASIN ROMA (MPA)

Na apresentação sobre as fazendas marinhas no Brasil, o Sr. PASIN:

- 135 • Apresentou os modelos de produção da Aquicultura de vários países, assinalou os volumes de produção e consumo mundiais, confrontando-os aos medidos no Brasil;
- Informou que no Programa Nacional de Demarcação de Parques Aquícolas o governo assume as responsabilidades e os custos para instalação dos parques, incluindo a seleção das áreas propícias, os estudos de impacto social e ambiental e o licenciamento; os parques são divididos em áreas aquícolas, estas de responsabilidade dos cessionários;
- 140 • Pontuou que no período de 2008/2012, mais de 2.000 áreas aquícolas, foram entregues, sendo 90% delas com cessão de uso não oneroso;
- Assinalou que apoiados em forte base tecnológica os estudos dos parques aquícolas, incluem a determinação de áreas potenciais por espécie e a determinação de áreas potenciais por sistema de cultivo com base na profundidade, velocidade de corrente e tipologia de fundo;
- 145 • Informou que em SC acontecem as instalações de sinalização para a delimitação, e para o monitoramento ambiental das áreas aquícolas em Maricultura estabelecidas dentro dos parques aquícolas licenciados;

Em resposta a indagação do Sr. YVENS (SEMA/PA) sobre quem fez o levantamento dos
150 parques aquícolas no Pará e, se foram contemplados os 39 municípios costeiros, o Sr. PASIN
(MPA) informou que o trabalho foi desenvolvido através de um convênio com a Fundação de
Apoio à Pesquisa Extensão e Ensino em Ciências Agrárias – FUNPEA com a
interveniência/execução da Universidade Federal Rural do Amazonas – UFRA; envolveu uma
155 equipe multidisciplinar, de pesquisadores e técnicos, e na sua construção também participaram a
UFRA/SEBRAE-PA, SEPAQ e UFPA. Assinalou que alguns dados secundários estavam
disponíveis e, que o maior problema foi o levantamento de dados primários que não havia no
estado. Pontuou que os dados de batimetria foram coletados pela equipe.

A Sra. LUCIANA (FEPAM/RS) inquireu se o RS foi contemplado no projeto e, em
resposta o Sr. PASIN (MPA) assinalou que não foi contemplado no momento, mas que é política
160 do MPA realizar o estudo para todos os estados costeiros.

O Sr. REINALDO (MCTI) afirmando que o ordenamento pesqueiro pressupõe várias
atividades para o uso do espaço, perguntou se este é um estudo de áreas potenciais para
implantação de projetos de Aquicultura ou de projetos de fomento já previamente estabelecidos;
em se tratando de projetos de fomento, indagou se há alguma avaliação da viabilidade econômica
165 elaborada para estas propostas de implantação das fazendas marinhas e, no desdobramento da
discussão, inquireu se os dados estão disponíveis.

O Sr. PASIN (MPA) informou que este é um estudo de zoneamento das áreas potenciais,
mas já prevendo a viabilidade socioeconômica dos empreendimentos; assinalou que a pesca é
indicada como ponto de conflito, em um - mapa de atividades conflitantes - assim como Marinas,
170 Portos, Ancoradouros, Áreas de dragagem, Rota de Navegação e Pesca Artesanal.

Sobre a questão da disponibilização dos dados, informou que o MPA estuda como
disponibilizar na página do ministério, porém no momento os dados são fornecidos sob
demanda.

O Sr. TURRA (ACADEMIA/IOUSP), com relação a questão dos dados, inquireu sobre os
175 Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura - PLDM e, discorrendo sobre a iniciativa das
fazendas de aquicultura, pontuou que o governo, está assumindo o licenciamento e o
monitoramento dos empreendimentos, pois esta iniciativa busca atender os pequenos produtores
e as comunidades tradicionais. Indagou se outros empreendimentos decorrentes da iniciativa
privada, que poderão ser fonte de conflito, teriam um processo de licenciamento convencional
180 como qualquer outro empreendimento.

O Sr. PASIN (MPA) informou que o MPA revogou a normativa que instituía os PLDM's
porque já tínhamos o instrumento para fazer isto, o Decreto 4.895/2003 e a Instrução Normativa
Interministerial INI-06/2004; acrescentou que estes convênios, que estão em andamento, foram
frutos do PLDM's e, quanto aos eventuais empreendimentos privados que se instalem dentro das
185 fazendas deverão seguir os mesmos procedimentos, definidos no Decreto e na INI, e deverão
arcar com os custos de sinalização náutica e licenciamento ambiental, enfatizando que o MPA
não vai fomentar parque aquícola privado onde há demanda social, contudo, não havendo essa
demanda, poderemos ceder esses espaços para empresários.

O Sr. UÉDIO (IEPA/AP) inquireu sobre a articulação entre as instituições, a
190 Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura (MPA) e as OEMA's locais e, propôs que se
faça aproximação das instituições e que se ampliem as discussões, dando maior abrangência e
cobertura destas decisões e, a Sra. ANA MARCELINO (CE), após indagar sobre a participação
do LABOMAR-CE, registrou apoio a proposta do Sr. UÉDIO.

**O Sr. PASIN (MPA) informou que durante os processos de estudos todos são
195 consultados e a metodologia prevê, após conclusão dos estudos, a realização de workshop
nos estados, para apresentação dos resultados finais, onde se comunica que o estudo foi
concluído. Especificamente no caso do Pará foram encaminhados os convites através de**

200 **ofícios, pela Superintendência Estadual para as instituições que participam do processo. No Estado do Ceará o LABOMAR/UFC participou dos estudos e os resultados deste estudo encontram-se em análise na Coordenação de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura em Águas de Domínio da União Marinha – COMAR/DEAU/SEPOA/MPA.**

205 O Sr. RÔMULO (ICMBio) indagou se o MPA está estimulando desenvolvimento de pesquisas para a domesticação de espécies nativas para uso em aquicultura. Reportando-se ao Código Florestal, ponderou que há uma questão nova e, sugeriu uma reunião ampliada para oportunizar uma forma para a discussão prévia, na qual o colegiado pudesse contribuir para um Plano de Carcinicultura.

210 O Sr. PASIN (MPA) informou que o MPA tem apoiado algumas linhas de pesquisas, para contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País, nas áreas de Pesca e Aquicultura, através de Chamadas Públicas Conjuntas como, por exemplo, o Edital nº 42/2012 MPA/CNPq; nos próximos editais está previsto que sejam contemplados projetos que trabalhem em rede, sejam multidisciplinares e multi-institucionais. Sobre a Carcinicultura, o MPA tem trabalhado numa proposta de desenvolver o Plano Nacional da Carcinicultura, já contemplando as questões do novo Código Florestal e, como sugestão será repassado para a Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento da Aquicultura – SEPOA para que na próxima reunião deste colegiado possa ser feita uma apresentação deste Plano.

ENCAMINHAMENTOS:

Convidar a Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento da Aquicultura – SEPOA para falar sobre o Plano Nacional da Carcinicultura, estimulando discussões sobre o Código, que está em processo de regulamentação.

220 O Sr. ADALBERTO, pontuando que a questão do planejamento ou zoneamento marinho é assunto no âmbito da CIRM, estando na pauta do PSRM, e que a Academia¹, o MPA², o ICMBio³ e outros trouxeram questões relacionadas com a ocupação do espaço marinho ao colegiado, apontou que está na hora do colegiado elaborar um encaminhamento à CIRM para que sintonize as diferentes iniciativas e trabalhe a questão da organização do espaço marinho.

225 5.2. Sistema de Modelagem Costeira (SMC-Brasil) - Sra. MÁRCIA OLIVEIRA (DZT/MMA)

230 Na apresentação foram destacados dois eventos no âmbito do Projeto SMC-Brasil. O primeiro citado foi o curso de Formação na Ferramenta SMC-Brasil, realizado no Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO-USP), em dezembro de 2012, e teve como instrutores os professores do Instituto de Hidráulica da Universidade de Cantábria (IHC). O objetivo do curso foi apresentar a base conceitual e disponibilizar a versão beta do SMC-Brasil, para que ao longo do desenvolvimento de estudos de caso se possam identificar ajustes e validar o modelo. Neste primeiro momento foram priorizadas as equipes das universidades que estão atuando nos estudos de caso ou que já tinham alguma iniciativa nos temas trabalhados no Projeto SMC-Brasil, além de gestores governamentais estaduais (ES, PE, SP, RN e SC) e federais (MMA, SPU e Ibama). A expectativa é formar um núcleo de apoio para o aperfeiçoamento e validação do modelo, cujo lançamento está previsto para o segundo semestre deste ano.

240 O outro evento, que ocorreu no dia 03 de abril de 2013, foi o II Seminário Internacional Brasil-Espanha: A experiência espanhola e a aplicação do SMC-Brasil no apoio à gestão da costa brasileira. O encontro foi realizado no auditório do Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em Brasília, reunindo cerca de 150 participantes, entre gestores

1. apresentação na 43ª Sessão do Colegiado do Planejamento Espacial Marinho – UNESCO, pelo prof. Marcus Polette representante da ACADEMIA, no colegiado;

2. apresentação, nesta Sessão do Colegiado do Planejamento e perspectivas para implantação de fazendas marinhas no Brasil;

5 3. apresentação, nesta Sessão do Colegiado dos Resultados do seminário sinalização de UC's marinhas;

públicos federais e estaduais, pesquisadores e professores de áreas com interfaces com os objetivos do Projeto SMC-Brasil.

245 No evento foram apresentados os resultados dos primeiros estudos de aplicação da ferramenta SMC-Brasil, nas praias de Massaguaçu/SP e de Piçarras/SC, além dos outros estudos de caso em andamento, em Natal/RN e Recife/PE.

250 Assinalou que o SMC-Brasil não deve ser pensado como um software, mas sim como um projeto que prevê a capacitação de recursos humanos, a disponibilização de dados e a instrumentalização e desenvolvimento metodológico para os gestores da zona costeira. Por isso, no Seminário foi organizado um painel para debater a necessidade de formação de pessoal para qualificação e melhoria da gestão costeira integrada do país, com a presença de representantes do PPGMAR (CIRM), CNPQ e CAPES.

255 Além da questão da necessidade de se estabelecer uma estratégia de formação em engenharia costeira e portuária, também foram destacados no evento questões relevantes, como por exemplo a relação entre altimetria e batimetria, que numa escala regional pode não ter tanto problema, mas na escala local exigirá uma ação de adequação.

260 O Sr. REINALDO (MCTI) indagou se a coordenação do projeto SMC-BRASIL está pensando em outras colaborações, considerando a questão SUL/SUL e assinalou que há outros sistemas construídos com a mesma lógica, pela África do Sul, pela Austrália, e há ainda outras soluções tropicais. Pontuou que todos dispõem de sistemas de modelamento bastante sofisticados e que trabalham com a mesma lógica de código aberto.

A Sra. MÁRCIA (MMA) assinalou que a solução espanhola buscou catalizar as questões postas no primeiro seminário de erosão, realizado em 2008. Apontou que se pretende ampliar as parcerias e opções, para que não fiquemos limitados à solução espanhola.

265 O Sr. LUIZ (SMA/SP) fez uma reflexão sobre o uso do SMC e, pontuou que a solução tem sido majoritariamente abordada sob uma ótica de ferramenta de apoio ao licenciamento e a gestão municipal costeira e que na modelagem da dinâmica da costa a ferramenta poderá indicar áreas que sofrerão algum tipo de modificação e impactos importantes, que condicionarão a ocupação, cabendo ao gestor dar o encaminhamento adequado sobre estas previsões.

270 Sobre o uso do SMC no apoio ao licenciamento e a gestão a Sra. MÁRCIA (MMA) esclareceu que não vai sair uma normativa “aplique-se” o SMC-BRASIL. A iniciativa visa disponibilizar e capacitar gestores em uma ferramenta que apóie a tomada de decisões na zona costeira, em especial para projeto e avaliação de obras de engenharia.

275 O SMC-Brasil vai ser disponibilizado e apoiará aos gestores que ao receberem dados de uma consultoria poderão confrontar com as análises no SMC-BRASIL que subsidiará condições de validação crítica dos estudos. É mais uma instrumentalização para os gestores.

280 O Sr. TURRA (ACADEMIA/IOUSP) assinalou que o SMC-BRASIL disponibiliza resultados baseado em dados pretéritos e, que precisa de uma validação da previsão com dados atuais, ou dados de Boias por exemplo. Sobre a questão da disponibilidade de dados, informou que o pessoal do IOUSP desenvolve um sistema de monitoramento do oceano em tempo real - baseado em radar de alta frequência posicionado na costa - que gera informação de velocidade, da direção de onda e vento e altura de onda. O sistema pode ser usado para várias finalidades e talvez possa ser usado inclusive para validar estas previsões que o SMC disponibiliza.

285 A Sra. ANDREA (ABEMA-PE) registrou que o monitoramento com radar de alta frequência está em uso experimentalmente, na coleta de dados na praia da Boa Viagem.

A Sra. MARCIA (MMA) apontou que é importante levar esta iniciativa do IOUSP para conhecimento do GOOS Brasil, já que temos a Rede Ondas, que tem a proposta de estabelecer uma rede compartilhada de dados de ondas da costa brasileira.

O Comandante SERRA (SECIRM) indicou como interlocutor o CMG FLÁVIO, para

290 discussão das iniciativas no GOOS Brasil.

ENCAMINHAMENTO:

Sobre o fornecimento de dados de ondas do INPH para o SMC Brasil, ficou encaminhado que o MMA reenviará a solicitação por ofício para a SEP, encaminhando os documentos já enviados anteriormente ao INPH;

295 5.3. Resultados do Seminário sobre sinalização de UC's Marinhas - Sr. Rômulo Mello (ICMBio)

O Sr. RÔMULO (ICMBio) informou que, a partir de uma provocação da Dra. GISELE(MPF) sobre os limites das Unidades de Conservação Marinhas, o ICMBio em articulação e cooperação com a Marinha do Brasil (DHN), estruturaram um seminário que
300 buscou alinhar conhecimentos, identificar as normativas aplicáveis, as possibilidades e os desafios para a sinalização náutica das UC's Marinhas:

A Sra. IASMINA (ICMBio), da Divisão e Consolidação dos Limites das UC Federal, fez um relato sobre o SEMINÁRIO – CARTOGRAFIA E SINALIZAÇÃO NÁUTICA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COSTEIRAS E MARINHAS, que aconteceu em Tracuateua
305 no Pará, no período do dia 5 a 7 de março 2013.

Informou que o Seminário teve por objetivo o nivelamento de gestores do ICMBio e oficiais da Marinha, bem como o estudo da sinalização náutica das áreas. Elencou entre os objetivos específicos o estudo da NORMAN 17 que trata dos tipos de sinalizadores (boias e balizas), detalhes sobre instalação, manutenção, custos, prós e contras da sinalização náutica; os
310 procedimentos para elaboração e encaminhamento de um Projeto de Sinalização Náutica; apontou como desafios da sinalização náutica, o conhecimento sobre os trâmites dos processos na marinha, a diversidade da costa brasileira, o riscos à navegação, a influência da dinâmica costeira na sinalização, a implantação da sinalização nas UC's, as especificações internacionais das cartas náuticas e, a questão da limitação da escala nas cartas náuticas.

315 Entre os potenciais beneficiários estão 10 Reservas Extrativistas Marinhas, duas unidades de conservação fluviais com demandas de sinalização náutica e 25 unidades de conservação costeira/marinha.

Registrou como resultados, o nivelamento técnico entre Marinha e ICMBio, e a indicação para a constituição de um Grupo de Trabalho que elenque as unidades para sinalização, que
320 trabalhe a questão dos limites para apoiar a demarcação, sinalização e verificação dos limites e, que faça a inserção de capítulo no Manual de Demarcação e sobre sinalização náutica.

A Dra. GISELE (MPF) parabenizou o trabalho e inquireu sobre a data prevista para início das atividades do GT, salientando que há muitas demandas no MPF que, para serem conduzidas precisam que as Unidades de Conservação Marinhas-Costeiras estejam sinalizadas.

325 A Sra. IASMINA (ICMBio) informou que o GT está em formação e que ainda não acertaram a questão da data para início das atividades.

O Prof. TURRA(ACADEMIA/IOUSP) trazendo/referenciando/reportando-se a necessidades de monitoramento de parâmetros ambientais marinhos, indagou sobre ser oportuno acoplar às boias (caso sejam boias) sensores que ampliariam a funcionalidade e atenderiam a
330 demandas por dados ambientais marinhos.

A Sra. IASMINA (ICMBio) considerou interessante a questão da coleta de dados e ponderou que a sinalização segue as normativas da Marinha que especificam os dispositivos e que na maioria das UC não serão usadas boias de alto mar, mas sim balizas que são as adequadas para águas interiores.

335 O Sr. RMULO (ICMBio) complementou informando que ocorrem tratativas com a Gerência Costeira, a fim de se usar as UC's como pontos de apoio para a instalação de boias de

monitoramento, no escopo do programa GOOS, ao que a Sra. LEILA(MMA) informou que o pessoal das UC Marinhas está em contato com o pessoal da Rede Onda, que é um subgrupo do GOOS.

340 A Sra. LEILA (MMA) indagou se, no seminário, ficou claro que toda e qualquer UC pode ser sinalizada nas Cartas Náuticas, independente da sua extensão.

A Sra. IASMINA (ICMBio) assinalou que não vai ser possível inserir todas as UC nas cartas náuticas, por uma questão de escala, associada a prática cartográfica de não se poluir uma carta. Para estas UC que não podem ser representadas há mecanismos que permitem representá-las de outra forma, seja por meio de roteiro, por meio de bacalhau – que é um recorte para uma
345 carta náutica que ainda não foi atualizada e que sai no Avisos aos Navegantes da Marinha.

A Sra. CHRISTINA (MME) destacou a importância do trabalho do ICMBio e da Marinha pontuando que o procedimento para a criação de uma UC, passa por uma consulta ao MME para identificar áreas de interesse, sendo este o momento favorável para se fazer ajuste que sejam
350 apropriados antes da promulgação do decreto que cria a UC. Temos exemplos de ajustes positivos neste trabalho, registrando que o MME está aberto para apoiar a iniciativa.

A Sra. FRANCISCA (EPL/MT) informou que a EPL desenvolve no âmbito do Observatório Nacional de Logística e Transporte, mecanismo de rastreamento com base em tecnologia de Radiofrequência cuja premissa é rastrear objetos e ativos. Entende que é uma
355 forma de rastrear as boias fundeadas e assinalou que a EPL pode oportunamente apresentar o projeto na íntegra e cooperar no rastreamento das boias.

A Sra. ANDREA(ABEMA) assinalou que como o trabalho envolve cartografia e a questão de banco de dados é importante se pensar em mecanismos para disponibilização dos dados e, o Sr. ADELIAS (MMA) complementando apontou a Infraestrutura de Dados Espaciais (INDE) como a solução institucional para a questão da disponibilização e interoperabilidade dos dados.
360

A Sra. IASMINA (ICMBio) informou que o ICMBio trabalha para ser um nó da INDE.

O CMG-T NOGUEIRA (MARINHA) assinalou que o armazenamento de dados nestas aplicações requer hardware robusto e suporte técnico qualificado e apontou o INPO – Instituto Nacional de Pesquisas Oceanográficas – como o locus para se hospedar todos os dados.

365 **ENCAMINHAMENTOS:**

I- GT SINALIZAÇÃO: manter no cenário o assunto e reportar permanentemente ao Gi-Gerco as informações tratadas;

II- Sra. IASMINA (ICMBio): encaminhar o CD documentos do evento ao MMA/DZT, e a Sra. LEILA (MMA) distribuirá os conteúdos para todos os membros do GI-Gerco e GERCO-Estados;
370

III- GT SINALIZAÇÃO: convidar a Representação da Academia para participar dos trabalhos do GT.

5.4. GT Eólicas: situação atual - Sr. ANDRÉ NUNES (SPU/MP)

375 Este ponto de pauta não foi apresentado em função de Audiência pública emergencial no Congresso Nacional.

5.5. Crescimento portuário na Zona Costeira: ações em andamento no Estado do Espírito Santo. Sra. DANIELA SOARES (IEMA/ES)

Na 44ª Sessão do Colegiado a IEMA/ES pontuou que identifica conflitos no litoral do ES entre a criação de UC's Marinhas e os empreendimentos portuários em licenciamento ou em estudos de viabilidade, ocorrendo na previsão da ocupação, sobreposição geoespacial. A questão da expansão portuária e os instrumentos de planejamento e instrumentalização do licenciamento permanecem na agenda do colegiado;
380

A Sra. DANIELA (IEMA/ES) atualizou o status do tema no ES. Informou que está em tramitação na SEMA/ES o Termo de Referência para contratar uma AAE, e trabalham na
385 ampliação da pesquisa na área marinha e que encaminharam uma proposta de parceria com a Fundação de Amparo a Pesquisa do ES, devendo o edital contemplar a conservação dos ecossistemas marinhos, a identificação de áreas prioritárias para a conservação, os recursos pesqueiros e a comunidade bentônica. Outra proposta é o Zoneamento Marinho a se realizar na Zona costeira;

390 Outra via para tratar a questão está no trabalho que a Frente Parlamentar Ambientalista do Espírito Santo está conduzindo, com o suporte da sociedade civil organizada, trazendo para o fórum debates com especialistas em torno do crescimento portuário no ES, de onde têm saído algumas repercussões interessantes.

FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA DO ES - Sr. ALESSANDRO BAYER

395 O Sr. ALESSANDRO BAYER, representando a Frente Parlamentar apresentou o mapeamento elaborado pela Frente apontando as muitas contradições do processo de ocupação do espaço costeiro-marinho no Espírito Santo.

Indagou sobre a inserção do tema no GT-Portos e pediu apoio para direcionar a AAE a ser construída e, em que instância e de que forma este apoio poderia ocorrer.

400 O Sr. VOIVODIC (INEA/RJ) assinalou que os portos são cada vez maiores para receber navios de porte, que demandam berços, dragagem e derrocamento específicos e os órgãos licenciadores enfrentam dificuldades para lidar com estas demandas. Citou como exemplo o terminal de Ponta Negra, onde estão licenciando toda uma estrutura portuária com enrocamentos de altíssimo impacto e ponderou que o licenciamento de uma estrutura portuária, que pode trazer
405 a instalação de terminais cujas funcionalidades não são conhecidas a priori, deixa o órgão licenciador refém, frente a este grau de incerteza do que poderá vir a se instalar.

O Sr. UÈDIO (IEPA/AP) informou que há notícias sobre a construção de um grande terminal na foz do Amazonas e pergunta: “é algo factível? Nós não temos informações para responder e o Governo do Estado está formando um GT para a questão do EIA/RIMA.” Pontuou
410 que, consideram a questão bem complexa e também não sabem o que vai ocorrer. Registrou ainda que participaram de uma audiência pública que considerava um bloco de prospecção que foi concedido a Petrobras, na qual foi identificado que os dados utilizados para fazer a caracterização, utilizaram o modelo de circulação global, que não atende a dinâmica da costa. Na oportunidade mostraram que existem diversas implicações e que as próprias Boias de
415 Sinalização Náutica da Marinha quando se desprendem, vêm para a costa do Amapá. A Audiência Pública finalizou e não houve o aceite da EIA/RIMA, mas mesmo assim o empreendimento foi licenciado, ocorrendo problemas na operação. Existem certas atividades que causarão um profundo impacto, mas não há canal para apresentarmos as demandas.

O Sr. TURRA (ACADEMIA/IOUSP) à guisa de contribuições, comentou sobre a
420 elaboração da AAE implementada em São Paulo no escopo do projeto PINO (Planejamento Ambiental Estratégico das Atividades, Portuárias, Industriais, Navais e Offshore no Litoral Paulista) e para enfatizar a importância e seriedade destes estudos, trouxe como caso concreto o que vem ocorrendo no porto de São Sebastião. Informou que para qualificar a discussão sobre a EIA, criou-se um projeto temático de 4 anos, via Edital da Fundação de Amparo a Pesquisa do
425 Estado de São Paulo da ordem de R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais) que está levantando dados. A seguir comentou sobre um documento, produzido no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP, que discute a territorialidade e os conflitos entre pescadores artesanais e o porto da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), relatando os impactos em perdas de recursos de pescados, elementos culturais e o próprio conhecimento tradicional destas
430 comunidades e, pontuou que estas questões não foram contempladas na Matriz de Impacto do Empreendimento.

A Sra. DANIELA (IEMA/ES) dialogando com a questão pontuou que faltam dados para alimentar uma proposta de zoneamento, o qual demanda um mapeamento dos ecossistemas relevantes e dos recursos pesqueiros, entre outros. O mapeamento permitiria o estabelecimento de áreas prioritárias para a conservação marinha, em escala compatível com as demandas do estado e, o zoneamento traria indicações de áreas para o processo de licenciamento.

Apontou que para o IEMA/ES está internalizado que a diretriz é instrumentar o licenciamento no Espírito Santo e, que para apoiar a decisão do licenciamento é preciso ter instrumentos norteadores, enumerando as questões:

Apontou que para o IEMA/ES está internalizado que a diretriz é instrumentar o licenciamento no Espírito Santo e, que para apoiar a decisão do licenciamento é preciso ter instrumentos norteadores, enumerando as questões:

- a capacitação do técnico;
- a disponibilização de mapas dos ecossistemas marinhos;
- o mapeamento de alvos de conservação, ou seja, espécies de relevância biológica, ambientes essenciais para conservação como berçários, áreas de reprodução, migração etc;
- a disponibilização de dados oficiais e instrumentos de ordenamento do uso do espaço terrestre e marinho que subsidiem a tomada de decisão no licenciamento.

O Sr. ADALBERTO (MMA) ao chamar o colegiado para deliberação e encaminhamentos, fez uma reflexão sobre a questão da representação da Sociedade Civil.

Assinalou que o colegiado não tem como fazer uma avaliação das ONG's e, assim, recorre às indicações da Sociedade Civil, dentro do CONAMA. Pontuou que é importante a legitimidade da representação da Sociedade Civil no colegiado e, que esta seja porta-voz de um coletivo maior e, que haja mecanismos que permitam trazer as demandas oriundas da sociedade - construídas de forma participativa na base do processo - e retorne os desdobramentos e, as deliberações e os encaminhamentos direcionados, dando efetividade a este canal com a sociedade. O CONAMA tem uma instância – o CNAE – que dá legitimidade a representação.

ENCAMINHAMENTOS:

I - Trabalhar, no CONAMA, a questão da representação da Sociedade Civil.

II - Crescimento portuário na Zona Costeira: necessidade de estudos e critérios para instalação:

Considerando que na 44ª sessão do Gi-Gerco o colegiado criou um grupo de trabalho, o GT-Porto, para que a partir do caso do ES sistematizasse o conjunto de regramentos do processo de licenciamento de portos e, que apresentasse recomendações de curto, médio e longo prazo para o enfrentamento dos impactos do crescimento da atividade portuária e, que o GT-Portos está operacional, o colegiado solicitou que as instituições dialoguem e alimentem o colegiado que deliberará sobre a questão posta. Foi designado que o MMA (Sra. LEILA) oficialize os órgãos que haviam se pronunciado pela participação e agende a primeira reunião de trabalho, para estabelecer a coordenação e a agenda do GT-Portos.

O Sr. ADALBERTO (MMA) comentando sobre os diferentes métodos e terminologias no Ordenamento Espacial Marinho, informou que o DZT está trabalhando a questão e solicitou ao Sr. MARCELO (MMA/DZT) posicionar o colegiado a respeito.

O Sr. MARCELO (MMA) pontuou que o trabalho está no início e pretende identificar os vários métodos. Entre os países que tiveram iniciativas, elencou os USA, CANADA, BELGICA entre outros e a AUSTRÁLIA que desde 1980 trabalha esta abordagem em duas áreas na grande barreira de corais no litoral sudoeste.

Acrescentou que em documento levantado, a Nova Zelândia elaborou um relatório sobre algumas iniciativas e propôs uma metodologia para a área do mar da Nova Zelândia, identificada

480 como “HAURAKI GULF”.

ENCAMINHAMENTO:

A Sra. LEILA (MMA) enviará aos membros e participantes da 45ª Sessão do Colegiado o endereço eletrônico do documento “Spatial Planning for the Gulf - An international review of marine spatial planning initiatives and application to the Hauraki Gulf -”

485 5.6. 25 Anos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - ações previstas - Sra. LEILA SWERTS (DZT/MMA)

A Sra. LEILA (MMA) pontuou que há em andamento várias iniciativas alinhadas com a celebração dos 25 anos do PNGC.

490 Entre as iniciativas sendo trabalhadas, está a revisão do PAF, aprovada no colegiado, cujo processo foi deflagrado e aguarda a contratação de uma consultoria que embora em pauta, ainda não foi equacionada financeiramente;

495 Para outra iniciativa, a publicação do Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira RQA-ZC, instrumento do PNGC, pontuou que o RQMA elaborado sob coordenação do Ibama, dispõe de um capítulo sobre a Zona Costeira que atende ao estabelecido no decreto 5.300/2004 para o RQA-ZC. Afirmou que a intenção é publicar o capítulo da Zona Costeira e incrementá-lo com Análises Setoriais, abrindo espaços representações no Gi-Gerco para a discussão e inserção das questões setoriais relevantes.

500 Informou que o EnCoGRAD-Mar, que ocorrerá em agosto, apoiará a celebração dos 25 anos do PNGC com o tema Zona Costeira em pauta e, além de uma publicação sobre a Zona Costeira há entendimentos com a organização do evento para que haja alguma solenidade pelos 25 anos do PNGC.

Está previsto e sendo organizado pelo IOUSP, com apoio do MMA e de outros apoiadores o evento Oceanos e Sociedade que também contribuirá para as reflexões em torno dos 25 anos do PNGC.

505 O prof. TURRA (ACADEMIA/IOUSP) informou que o primeiro evento, Oceanos e Sociedade, ocorreu há dois anos em comemoração aos 50 anos da COI. No evento deste ano a idéia é construir uma programação que atenda o tema da melhor forma, permitindo fazer uma avaliação crítica do processo e do que se conseguiu implementar, tendo como quadro referencial o marco legal, institucional e os instrumentos planejados.

510 Houve no âmbito da organização, uma discussão sobre a necessidade de se criar um Portal e se consolidar um grupo de ensino e pesquisa em gerenciamento costeiro ligado ao PPGMar, e isto, está alinhado um pouco com a história da publicação didática sobre zona costeira, em elaboração. A idéia é reunir os professores da área, discutir e propor um CV mínimo para os cursos em Ciências do Mar e criar um grupo de pesquisa no CNPq para consolidar as ações nos
515 diferentes nós dessa rede ao longo do país e poder trabalhar sinergicamente.

5.7. 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente - inserção do tema Lixo Marinho - Sra. Flavia Cabral (DZT/MMA)

520 A 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente tratará da temática de Resíduos Sólidos e será realizada em três etapas, iniciando pela etapa municipal, seguida da etapa estadual e em outubro acontecerá a etapa Nacional.

A proposta da 4ª CNMA é debater a Política Nacional dos Resíduos Sólidos e a mudança nos padrões de produção e consumo explorando os quatro eixos temáticos que tratarão da Produção e Consumo Sustentáveis, da Redução dos Impactos Ambientais, da Geração de Emprego, Trabalho e Renda e da Educação Ambiental.

525 A temática do Lixo Marinho, articulada pela Gerência Costeira, está inserida no eixo que

trata da redução dos impactos ambientais.

Espera-se da 4ª CNMA aumentar o envolvimento e o diálogo com a sociedade, divulgar a PNRS e elencar ações e iniciativas prioritárias para cada ente da federação e contribuir para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

530 O Sr. TURRA (ACADEMIA/IOUSP) considera o tema do Lixo Marinho atual, importante e um pouco desconhecido no que toca aos microplásticos, assinalando que isto tem motivado algumas discussões internacionais, sendo que uma delas vai acontecer no Reino Unido em julho em workshop com especialistas em “marine pollution”.

6. ENCERRAMENTO

535 O Comandante SERRA (SECIRM) agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às 18h30.